Sarney prega Forças Armadas fora do processo

—O presidente do PDS, senador José Sarney, disse ontem que "com o restabelecimento da democracia não haverá necessidade de as Forças Armadas interferirem no processo político. Isto aconteceu na revolução porque assistimos a um processo de força, que exigiu a sua participação".

Sarney ressaltou que sua opinião não minimizava a importância das Forças Armadas "às quais devemos todo o respeito, até porque não há distinção entre civil e militar, e o poder político é a síntese de todos os poderes".

Explicou que, restabelecida a plena democracia, a instituição militar continuará a sua missão constitucional de preservar a soberania nacional e garantir as instituições. Para melhor explicitar o seu pensamento, citou o trecho do manifesto do PDS que diz:

"A instituição militar é eminentemente nacional e apartidária, dependente das instituições políticas, com subordinação ao Chefe do Estado. O respeito e prestígio às Forças Armadas e sua valorização são objetivos preponderantes, dando-se condições de modernização e adestramento, para que possam prosseguir na patriótica missão de defensoras da soberania nacional e garantia das instituições democráticas".

O dirigente pedessista ratificou a declaração do líder do governo na Câmara, Deputado Cantídio Sampaio, segundo as quais "os partidos elegerão o Presidente da República em 1984, quando o país estará vivendo um regime de democracia plena sem o estamento militar".

—Esta previsão do líder Cantídio Sampaio, disse Sarney, significa a etapa final do projeto de abertura política do Governo. Concordo ainda com ele, quando admite que as oposições venham a ocupar o poder, elegendo o seu candidato à Presidência da República, caso conquiste a maioria do colégio eleitoral.

Sarney não vê necessidade da atuação militar